

Conferência bate recorde mundial de público



Evento foi o maior treinamento em controle externo do mundo e reuniu 7 mil participantes. Governador afirmou que TCE de Minas é um exemplo para o Brasil.



80 anos

Em 9 de setembro de 2015, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais completará 80 anos. Uma história marcada pela qualidade dos serviços prestados à sociedade, sempre de forma eficiente e transparente.

TCEMG 80 anos. A história de um novo tempo.



Editorial

Um evento de indiscutível qualidade

A ampla participação de espectadores na *III Conferência de Controle Externo* indica, de forma clara, que ela tornou-se o principal evento público do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o seu canal de estreitamento de relações com o público-alvo, formado pelos órgãos e agentes administrativos que lhe prestam contas, de acordo com os ditames constitucionais.

Além da maciça presença de representantes dos jurisdicionados, a participação das principais autoridades estaduais e municipais na cerimônia de abertura também demonstrou a importância da *Conferência* como evento marcante na atividade do controle externo do dinheiro público em Minas Gerais.

Cumriu-se, com êxito, o objetivo número um dos realizadores, que era a transferência de informações técnicas aos jurisdicionados através de orientações sobre procedimentos administrativos, sobre a legislação referente aos atos mais frequentes dos gestores públicos e sobre o uso mais eficiente dos sistemas do Tribunal. Os sistemas informatizados desenvolvidos pelo corpo técnico da Corte de Contas são os veículos principais da remessa de dados contábeis, documentos e demais informações que, após a análise adequada, permitem ao cidadão acompanhar a efetividade do trabalho dos agentes escolhidos pela sociedade.

E a afluência de grande público, oriundo de todas as regiões do Estado, também garantiu um ganho adicional: a possibilidade da troca generalizada de informações, de conhecimentos e de novas ideias para a atuação cotidiana dos gestores, principalmente daqueles originários de cidades mais distantes ou menos interligadas.

A integração político-administrativa criou, ainda, a oportunidade para a realização de atos adicionais, como o termo de cooperação entre o TCE e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais com a finalidade de promover ações conjuntas para tornar mais ágeis e efetivas as cobranças de créditos fiscais.

Outras questões afloraram no evento, como o elevado custo da execução, pelos municípios, de políticas públicas elaboradas pelo Estado e pela União. E também a *judicialização* da saúde, tendo o prefeito da capital do Estado pedido, publicamente, que o Poder Judiciário se lembre mais dos limites orçamentários dos municípios no momento de ordenar despesas específicas, principalmente na concessão de liminares.

Por tudo isso, a *III Conferência* deixou os melhores resultados e indicou, não apenas a viabilidade, mas a própria necessidade da *IV Conferência* ou de qualquer outro evento da mesma natureza e funcionalidade.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Presidente

Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Vice-Presidente

Conselheiro Cláudio Couto Terrão

Corregedor

Conselheiro Mauri José Torres Duarte

Conselheiros

Wanderley Geraldo de Ávila
Adriene Barbosa de Faria Andrade
José Alves Viana (Ouvidor)
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Conselheiros Substitutos

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
Hamilton Antônio Coelho

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador-Geral

Daniel de Carvalho Guimarães

Subprocuradora-Geral

Elke Andrade Soares de Moura Silva

Procuradores

Maria Cecília Mendes Borges
Glaydson Santo Soprani Massaria
Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte
Marcílio Barenco Correa de Mello
Cristina Andrade Melo

Chefe de Gabinete do Presidente

Ronaldo Jayme Machado

Chefe de Gabinete da Presidência

Roberto de Mello Saada

Diretora-Geral

Raquel de Oliveira Miranda Simões

Expediente



Diretoria de Comunicação do

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Diretor

Lúcio Braga Guimarães
Jorn. Mtb n. 3422 - DRT/MG

Editor Responsável

Luiz Cláudio Diniz Mendes
Jorn. Mtb n. 0473 - DRT/MG

Redação

Frederico Nicola La Rocca
João Manuel Lopes de Cerqueira
Karina Camargos Coutinho
Márcio de Ávila Rodrigues
Raquel Campolina Moraes
Thiago Rios Gomes
Valquíria Borges da Costa Fialho

Revisão

Márcio de Ávila Rodrigues

Projeto Gráfico

Coordenadoria de Publicidade e Marketing Institucional

Diagramação

Márcio Wander Moura Ferreira
MG-00185 DG - DRT/MG

Fotos

Arquivo TCEMG

Impressão

Rona Editora

Tiragem

4.000 exemplares

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabáglia, 1.315 - CEP: 30380-435
Luxemburgo - Belo Horizonte/MG
Fones: (31) 3348-2147 / 3348-2177 - Fax: (31) 3348-2253
e-mail: tcemg@tce.mg.gov.br - Site: www.tce.mg.gov.br

Índice

6 ENTREVISTA

Avançando por meio da educação

III CONFERÊNCIA DE CONTROLE EXTERNO

8 *Sete mil participantes lotam o maior evento de controle externo do mundo*

11 *Debate sobre Segurança Pública abordou a prevenção e o tratamento para o uso de drogas ilícitas*

12 *Procuradora destacou educação infantil do Plano Nacional de Educação*

13 *Escassez hídrica foi discutida com gestores e servidores municipais*

14 *Técnicos orientaram sobre Sistema de Custos e Controle Patrimonial*

- *Conselheira Adriene Andrade lançou livro sobre mudanças na Contabilidade Pública*

15 *Editais de concursos, cargos em comissão e terceirização foram temas de oficina*

16 *Presidente do TCE defendeu investimento na atenção básica a saúde para evitar judicialização*

18 *Uma aula sobre compras públicas sustentáveis*

- *Pregão ao vivo*

- *Iluminação pública*

19 *Presidente do TCEMG e Procurador do MPC receberam Medalha do Mérito Municipalista*

20 *Evento foi encerrado com a presença do Presidente do TCU*

21 NOTÍCIAS DO PLENO

- *Tribunal multa 78 prefeitos que não prestaram contas*

22 PANORAMA

- *Ex-prefeito terá que devolver mais de R\$100 mil aos cofres públicos*

- *Segunda Câmara suspende processo de aquisição de veículo em Betim*

- *Primeira Câmara determina que ex-prefeito de Tapira devolva R\$ 69 mil aos cofres públicos*

- *ONG deve devolver dinheiro público doado para compra de carro*

- *Tribunal de Contas multa ex-prefeito de Timóteo*

- *Câmara Municipal é multada por fragilidade no controle interno*

24 *TCE suspende licitação de R\$ 145 milhões para instalação de radares em rodovias estaduais*

- *TCEMG participa de Curso de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro*

25 *Organizações da Sociedade Civil (OSC) são tema das Jornadas Científicas em BH*

- *TCEMG implanta processo de consulta totalmente eletrônico*

26 *EXTRAPAUTA*

- *Presidente recebe Medalha da Inconfidência*

- *Tribunal de Contas participa do IX Congresso Mineiro de Direito Administrativo*

Entrevista

Avançando por meio da Educação

Evandro Martins Guerra empresta seu conhecimento jurídico ao assessoramento da Presidência do Tribunal de Contas e do Instituto Rui Barbosa (IRB). O servidor do TCEMG trouxe suas reflexões na área do Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo e Direito Financeiro, para fortalecer as duas entidades presididas pelo Conselheiro Sebastião Helvecio. Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos, na qual leciona, é o entrevistado desta edição do Contas de Minas.



“

O Tribunal de Contas é um órgão protetor dos direitos fundamentais.

”

O que está por trás dos avanços jurídicos do nosso Tribunal de Contas?

O Tribunal avançou como um todo. A parte técnica do Tribunal avançou. E avançou por vários motivos. Um deles refere-se aos concursos. Os concursos trouxeram pessoas estudiosas, recém-formadas. É isso que promove o crescimento: novas ideias e não a estagnação. Também os conselheiros que estiveram aqui, no decorrer desses anos, sobretudo os presidentes. Eles criaram, remodelaram e formalizaram questões extremamente importantes. Uma delas é a Escola [de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo]. Você quer crescer? Monte uma escola. Em 1995, tivemos o primeiro curso da Escola de Contas. Eu acompanhei esse processo com o Conselheiro Flávio Régis, que era o Presidente [do TCEMG] na época. Ele queria que todo mundo fizesse os cursos de pós-graduação. Hoje o Tribunal é um dos poucos órgãos do Brasil que tem todo seu corpo técnico pós-graduado. O pessoal aqui não tem só uma pós-graduação. É grande o número dos que têm duas, dos que são mestres e dos que são doutores: isso promove o crescimento. Como uma instituição evolui, academicamente falando, no campo jurídico? Ora, com estudo! Houve também a reestruturação dos órgãos da Casa, promovendo grande valorização nos aspectos jurídicos. E tudo isso contribuiu, vem contribuindo e vai continuar contribuindo para uma elevação da Casa. A partir do momento em que o Tribunal de Contas melhora seus “serviços”, sua atividade de controle; quando ele melhora o texto, a tecnicidade do acórdão que é publicado, por exemplo, menos ele será combatido. Menos ele será atacado. Mais forte ele será perante a sociedade. Mais ele vai conseguir chamar a sociedade. O papel do Tribunal é chamar a sociedade para participar. Então, esse é o caminho: melhorar o que a gente faz. Assim, teremos mais respaldo da sociedade.

Como deve agir um servidor público diante da sociedade atual?

Quando eu entrei aqui, eu era um servidor comissionado. Eu exerci alguns cargos de comissão como assistente administrativo, fui chefe de gabinete e depois fiz concurso, me tornei um analista [de Controle Externo]. Eu sempre considerei que o Tribunal não pode ser fechado, hermético, ensimesmado. Se o Tribunal se fecha para a sociedade, acontece aquilo a que eu me referia anteriormente: descrédito. Se há um descrédito em um hospital e você tem que tratar um problema de saúde, você não vai lá. O Tribunal é mais ou menos por aí. O Tribunal não realiza serviço público. Serviço público é saúde, transporte... O Tribunal realiza controle e sobre o controle eu não posso dizer que ele está acima ou abaixo da prestação de serviço público, mas que ele contribui para a boa prestação de serviço público. Deve-se compreender a atividade da administração [pública] e a importância de se controlar. Como servidor, o papel nosso é chegar à sociedade, é abrir o Tribunal, é deixar que ele apareça. E há várias formas. Nos círculos íntimos, familiares. Falando do Tribunal de Contas, falando do papel, da importância, nos trabalhos que a gente publica, livros que a gente edita, nos artigos, divulgando a matéria Tribunal de Contas. E isso vai além dessa esfera do controle porque chega naquilo que é muito desenvolvido lá fora e aqui está incipiente: a questão democrática. O que se quer é uma sociedade participante. Mas quem é que acompanha? Esse é o grande desafio: cultura fiscal. O que a gente tem que fazer é educar a criança porque nós, de certa forma, não somos educados, não fomos educados e não seremos educados. O que a gente precisa é colocar na cabeça da criança, na base, não só matemática, português, mas cidadania, democracia, a importância de participar, da importância de se ter o sistema tributário forte e honesto, que a gente pague muito, mas que receba bons serviços, serviços de qualidade. Tudo isso passa pelo Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas é um órgão protetor dos direitos fundamentais.

Gostaríamos de saber mais sobre o seu lado professor.

Essa é a minha cara maior. Falante! Tive outras formações e mesmo em outras formações eu era professor. Eu me formei em Educação Física e fui professor durante muitos anos. Considero que existem - sejam em quais áreas forem, em Educação Física, em Direito, História, Jornalismo, Comunicação, qualquer área - apenas duas categorias de professor: os mestres, aqueles que ensinam em qualquer situação, preparando ou não a aula; e os normais. Entre os normais, há os honestos e os desonestos. Você já teve, certamente, professores que entraram em sala de aula e não explicaram nada pra você, que não preparam aula, não estavam nem aí... Esses são os normais desonestos. E eu me considero um professor normal, mas honesto. Eu estudo, eu preparo. E, então, tive a felicidade de, há quase 15 anos, ser convidado, por conta do meu trabalho no Tribunal de Contas, a implantar uma cadeira de

Direito Financeiro na Faculdade Milton Campos. Foi a transição do professor Evandro Guerra da Educação Física para o professor de Direito. Continuei a estudar, fiz as pós-graduações, mestrado, comecei a editar meus livros. Isso foi todo um caminho que aconteceu sem nenhum planejamento.

E como surgiram os livros?

Eu fui aluno da Escola de Contas e, então, um professor - o saudoso Carlos Mota, grande nome das licitações e contratos - gostou tanto de uma apresentação que eu fiz que me elogiou e me pediu um artigo sobre aquele trabalho. Eu mandei e a Editora Fórum publicou. Tive o privilégio de ser um dos primeiros autores da Editora Fórum junto com o professor Jacob Fernandes, em 2003. Eu tive a oportunidade, por conta do professor Mota, de ir para essa área das publicações. Publiquei vários artigos, alguns livros e cheguei a publicar um livro em homenagem a ele. Eu só me tornei professor do Direito porque ele achou que eu deveria. Vou ser bem sincero: eu sempre brinco com meus colegas do Tribunal que, se fosse para escolher, eu prefiro lecionar a opinar em um processo.

“

O caminho é melhorar o que a gente faz. Assim, teremos mais respaldo da sociedade.

”





Sete mil participantes lotam o maior evento de controle externo do mundo

Com uma presença de público que superou as melhores expectativas, foi aberta no dia 6 de maio a *III Conferência de Controle Externo*, um evento do Tribunal de Contas voltado para a capacitação técnica de servidores públicos de Minas Gerais. A cerimônia de abertura, realizada no auditório do Expominas, contou com representantes dos principais órgãos públicos do Estado e logo a seguir começaram as palestras técnicas em outras salas do mesmo local. Foram três dias de palestras de orientação aos representantes de prefeituras, do serviço público estadual e de outros interessados.

Em seu discurso, o Presidente do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio, revelou muita satisfação com a grande afluência de público – estimada em sete mil pessoas – e destacou que a *III Conferência* é uma grande oportunidade para servidores estaduais e municipais conhecerem melhor os programas e sistemas usados pelo Tribunal. Elogiou o corpo de técnicos da Corte de Contas e explicou que eles foram os responsáveis pelo desenvolvimento dos programas de controle externo. O Conselheiro Sebastião Helvecio também falou sobre a importância da tecnologia “que a cada dia produz instrumentos mais eficientes para oferecer serviços de qualidade” e garantiu que “não há solução para os problemas da democracia que se afastem do controle externo das atividades administrativas do setor público”.

Os presidentes do TCEMG, Sebastião Helvecio (à direita) e do TJMG, Pedro Bitencourt, assinam o Termo de Cooperação



Termo de Cooperação

Durante os trabalhos de abertura, os presidentes do TCE e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais assinaram um termo de cooperação técnica com o objetivo de promover ações conjuntas para tornar mais ágeis e efetivas as cobranças de créditos fiscais em Minas Gerais. O acordo prevê ações conjuntas para orientar os municípios a recomporem suas receitas públicas através de meios alternativos de cobrança, como o protesto extrajudicial, ao invés de acionar o Judiciário.

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, destacou a relevância do evento, ressaltando que o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas contribui para que a administração pública seja mais eficiente e produza economia para os cofres públicos. Destacou, ainda, a importância de medidas para reduzir o volume de processos de execuções fiscais, grande parte deles movidos pela União, Estados e Municípios, que se tornaram “grandes clientes do Judiciário”.

Pedro Bitencourt afirmou que o Poder Judiciário no Brasil está hoje “atolado” com cerca de 100 milhões de processos, maior número de ações *per capita* do mundo. “Temos milhões de processos de execução fiscal e por este motivo estamos tomando providências para desjudicializar essas ações”, afirmou. Segundo o presidente do TJ, a taxa de congestionamento das execuções fiscais é de 87,5%, enquanto sua duração média é de 4 anos nos municípios, 8 anos na União e quase 12 anos nos Estados.

O desembargador sugeriu a adesão dos municípios ao projeto de execução fiscal através de cartórios, ponderando que haverá um retorno muito maior das receitas. Ele citou o caso de Belo Horizonte, que já utiliza o protesto extrajudicial e hoje atinge 50% de recuperação, enquanto através do Judiciário é de menos de 1%. A diminuição das ações, por outro lado, contribuirá para uma Justiça “mais célere e eficiente, com uma jurisdição de qualidade”, concluiu o magistrado.

Elogio do Governador

O Governador Fernando Pimentel disse que “a nação brasileira cobra de todos nós transparência, compromisso,

“É um orgulho para todos nós, cidadãos mineiros, ter a Corte do nosso Estado com essa competência, com esse compromisso”

Governador Fernando Pimentel

veracidade nas nossas ações, com absoluta isenção, para que o dinheiro público seja tratado com o respeito que merece”. Acrescentou que o TCE tem papel fundamental na melhoria da prestação desses serviços, orientando os gestores, e que, por isso, merece destaque. “É um orgulho para todos nós, cidadãos mineiros, ter a Corte do nosso Estado com essa competência, com esse compromisso”, disse o Governador, para quem o Tribunal mineiro é exemplo para o Brasil.

Pimentel declarou, ainda, que trazia dois sentimentos naquele momento, o primeiro deles “a alegria de inaugurar um evento com o objetivo de levar conhecimentos que permitirão aos inscritos oferecer um serviço público de qualidade para o cidadão”. O segundo sentimento do governador era “a esperança de que este exemplo de busca de conhecimentos e experiências se espalhe pelo Brasil”.





Presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e prefeito de Barbacena, Antônio Carlos Andrada



Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos



Presidente da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Tadeu Carneiro

Valorização do Municipalismo

O presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e prefeito de Barbacena, Antônio Carlos Andrada, também destacou a importância do conhecimento dos programas do TCEMG – órgão que ele já presidiu –, mas centrou a sua fala na questão municipalista, principalmente com relação às dificuldades sofridas por essa esfera da administração pública. “Os municípios são os executores das políticas públicas federais e estaduais, mas a legislação restringe sua autonomia, provocando morosidade e padronização excessiva”, argumentou. Acrescentou que esse formato de administração, no Brasil, exige muita criatividade dos administradores para conseguir elevar a eficiência e obter melhores resultados.

Márcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte, também analisou as dificuldades específicas dos Executivos municipais, defendendo que “qualquer que seja o tamanho do município ou de sua renda, sempre há espaço para elevar a eficiência administrativa, desde que dentro dos limites da legislação vigente”. Ele demonstrou uma preocupação especial com a “judicialização” das questões de saúde, argumentando que “é importante que o Poder Judiciário tenha uma noção absoluta das limitações orçamentárias dos municípios durante o julgamento de processos sobre este tema”. Márcio Lacerda – eleito recentemente para o cargo de Presidente da Frente Nacional de Prefeitos – também citou as dificuldades financeiras provocadas pelos pagamentos de precatórios e pediu mudanças legislativas e processuais para ajudar a administração financeira dos municípios.

O último discurso da cerimônia de abertura foi o de Tadeu Carneiro, Presidente da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), uma empresa brasileira, com sede em Araxá, no Estado de Minas Gerais, que tem como foco a exploração de nióbio. Ele falou sobre as parcerias público-privadas e sobre a associação com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), que

é a empresa pública responsável pelo desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais.

Mesa de autoridades

Além dos que discursaram, compuseram a mesa de abertura da III Conferência de Controle Externo o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais Carlos André Mariani Bittencourt; Nara de Souza Lopes (secretária de controle interno e auditoria do TRE-MG, representando o presidente Geraldo Augusto de Almeida); Simone Castro Feres de Melo (defensora pública federal, representando a Defensoria Pública da União); Christiane Neves Procópio Malard (defensora pública geral do Estado); Marco Antônio Rezende (secretário da Casa Civil do Estado); Darcy Siqueira (controlador-geral do Estado do Piauí); Antônio Júlio (prefeito de Pará de Minas e presidente eleito da AMM para o próximo biênio); e Ronaldo Rodini (superintendente da Caixa Econômica Federal em Minas Gerais). O Tribunal de Contas foi representado pelos Conselheiros Wanderley Ávila, Adriene Andrade, José Alves Viana e Gilberto Diniz, pelo Conselheiro Substituto Hamilton Coelho, pelo Procurador-geral Daniel de Carvalho Guimarães e pelo presidente da Asscontas (Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais), Jairo Magela Chagas.

Simultaneamente à Conferência, também no Expominas, foi realizado pela Associação Mineira de Municípios (AMM) o 32º Congresso Mineiro de Municípios. As palestras e salas técnicas abordaram, entre outros assuntos, o controle e a nova contabilidade pública, infraestrutura e desenvolvimento sustentável, compras públicas, parcerias público-privadas, gestão de pessoas e previdência no setor público, segurança pública e controle pela qualidade na educação e na saúde. A AMM e o TCE uniram os dois eventos em um mesmo espaço com o objetivo de facilitar a troca de conhecimento entre fiscalizados e fiscalizadores e também diminuir os custos com o deslocamento dos servidores do interior do Estado.

Debate sobre Segurança Pública abordou a prevenção e o tratamento para o uso de drogas ilícitas



Tanit Sarsur, da Superintendência de Acolhimento da Subsecretaria Estadual de Políticas sobre Drogas

Fabiene Alessandra Rodrigues falou sobre os princípios para o planejamento da política municipal sobre drogas



As políticas públicas para as áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública foram as grandes novidades das discussões técnicas da Conferência de Controle Externo, promovida em sua terceira edição, neste ano, pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). Dentro dessa nova abordagem, a Prevenção e Tratamento de Uso de Drogas Ilícitas como Questão de Saúde e Segurança foi um dos temas escolhidos para o debate na área de Segurança Pública, na tarde do dia 7 de maio.

A palestrante Fabiene Alessandra Rodrigues falou sobre conselhos de políticas sobre drogas, que são sistematizados nas três esferas federativas. Ela lembrou que os conselhos, em geral, são formas de participação, frutos de inovações democráticas da Constituição Federal de 1988. A especialista ainda trouxe ao público alguns princípios para o planejamento da política municipal sobre drogas e para o plano local de prevenção, atraindo atenção, especialmente, dos gestores públicos vindos do interior, que compunham a grande maioria dos participantes.

Em seguida, Tanit Sarsur, da Superintendência de Acolhimento da Subsecretaria Estadual de Políticas sobre Drogas, esclareceu sobre a importância do trabalho das comunidades terapêuticas conveniadas com o órgão. Essas entidades formam uma rede complementar de auxílio a dependentes químicos. Tanit também exaltou o papel dos conselhos municipais de políticas sobre drogas (Comad), que teriam um alcance maior que outros órgãos devido à sua neutralidade.

Dentro do mesmo tema da Segurança Pública, os participantes da Conferência puderam, ainda no mesmo dia, assistir às palestras Avaliação e Qualidade nas Políticas de Segurança Pública e Questões de Legalidade Quanto à Guarda Mirim e Guarda Municipal.



Procuradora destacou educação infantil do Plano Nacional de Educação

Na sala dos eventos do eixo temático Controle pela Qualidade na Educação, o segundo dia (7 de maio) da III Conferência de Controle Externo começou com a palestra Avaliação da Qualidade na Educação. A Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC), Cristina Andrade Melo, levou ao público informações sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei 13.005, para o decênio 2014-2023. A Procuradora enfocou, sobretudo, a primeira das vinte metas do PNE, que é a universalização da educação infantil na pré-escola e a ampliação da oferta de educação infantil em creches. Esses objetivos devem ser cumpridos até o ano que vem.

A Procuradora apresentou dados da situação da educação pública de crianças até cinco anos em Minas Gerais. Com base no Censo Populacional de 2010 e a no PNAD 2013, foi estimado que o Estado tem 80,9% das crianças de quatro e cinco anos matriculadas na pré-escola. Entretanto, há enorme variação entre as regiões, sendo que o Campo das Vertentes registrou o melhor índice (83,9%) e o Vale do Mucuri o pior (56%). Já em relação às crianças com até três anos de idade, Minas registrou que 21,2% estão frequentando creches, com forte variação regional: a Região Metropolitana de Belo Horizonte tem 24,8% e o Vale do Mucuri 9,2%.

Cristina Andrade Melo falou sobre o controle que deve ser exercido para o cumprimento da meta do PNE que trata da educação infantil. "O acesso ao ensino é um direito público subjetivo. As pessoas podem exigir este serviço, e o não fornecimento ou a sua oferta irregular importam em responsabilidade da autoridade

"O não fornecimento do ensino ou a sua oferta irregular importam em responsabilidade da autoridade competente"

Procuradora Cristina Melo

competente", alertou. Sobre o papel do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) no contexto do Controle, a Procuradora afirmou que a instituição tem o poder-dever de fiscalizar a Educação, que é cumprido pela emissão de pareceres prévios sobre as prestações de contas de governos, análise de denúncias e representações, além da realização de auditorias e inspeções.

Indo além do Controle Externo, Cristina abordou o Controle Social, que no caso da Meta 1 do PNE pode ser exercido pelos conselhos do Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Ela demonstrou que esses órgãos têm papel importante porque elaboram propostas orçamentárias e podem se manifestar formalmente sobre questões administrativas e contábeis do fundo. "Concluo que, para tirar o PNE do papel, este tema deve ser inserido urgentemente nas agendas política, social e familiar", disse.



A Procuradora apresentou dados da situação da educação pública de crianças até cinco anos em Minas Gerais

Escassez hídrica foi discutida com gestores e servidores municipais

Prefeitos, vereadores, servidores públicos municipais e estaduais e estudantes das mais diversas áreas acompanharam, no dia 6 de maio, a palestra da diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Maria de Fátima Chagas, que falou do tema "Gestão de recursos hídricos" na III Conferência de Controle Externo do TCEMG. O assunto está em debate na sociedade devido à situação de escassez hídrica já anunciada nos meios de comunicação.

A diretora comentou que o Governo do Estado de Minas Gerais criou uma força tarefa que se reúne semanalmente, sob a coordenação do Secretário de Planejamento, no intuito de debater o tema e achar soluções. Por meio da Deliberação Normativa 49/2015, o Igam, a pedido da Companhia de Saneamento de Água e Esgoto (Copasa), criou três tipos de estado de alerta em Minas Gerais: estado de atenção, estado de alerta e estado de restrição de uso. A diretora ressalta que já foi decretado o estado de restrição de uso em alguns reservatórios mineiros.

Para o vereador do município de Rio Pomba, Sérgio Mota, as informações da palestra foram válidas. Ele acha que poderia ainda render um bom debate em outra oportunidade. "Não sabemos como lidar com esta situação de escassez hídrica a médio e a longo prazo em nossa cidade e nem se é possível reverter este quadro. Com a palestra, constatei que o Estado está preocupado em chegar a alguma solução. Mas tem que se pensar como isso vai chegar nos municípios para que possamos implementar", pontuou o vereador, que tem mandato de 2013 a 2016 em Rio Pomba, região da Zona da Mata.



A Diretora Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), Maria de Fátima Chagas

Outra medida adotada pelo Governo foi a assinatura de um termo entre os órgãos do Estado para implantar o programa "Cultivando Água Boa". De acordo com a diretora Maria de Fátima, o Governador do Estado instituiu um grupo de trabalho para "mineirizar o programa". "É uma experiência de Itaipu que estamos trazendo pra Minas, guardadas as particularidades de cada um", assinalou Maria de Fátima. O programa é premiado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e promove, dentre outras ações, o envolvimento da agricultura familiar.

A engenheira civil Adrieli Abrantes Camargos, natural de Malacacheta, região do Vale do Mucuri, acompanhou atentamente os dados apresentados na palestra e elogiou a escolha do tema. "O debate deste assunto é fundamental para o momento que, nós cidadãos, estamos enfrentando. Não é apenas uma apresentação para os técnicos e, sim, para a sociedade. Gostei muito".



O vereador do município de Rio Pomba, Sérgio Mota



A engenheira civil, Adrieli Abrantes falou que o tema da palestra é atual devido ao momento de escassez hídrica



Técnicos orientaram sobre Sistema de Custos e Controle Patrimonial

A palestra *Sistema de Custos e Controle Patrimonial* encerrou a série de oficinas do eixo *Controle e Nova Contabilidade Pública*, que ocorreu durante os três dias da *III Conferência de Controle Externo do TCEMG*. A coordenadora de Contabilidade do TCEMG Flávia Araújo e Silva, o assessor contábil do TCEMG Geraldo Paulino da Silva e o analista de controle externo e Mestre em contabilidade Carnot Jacy Roque Júnior foram os responsáveis por conduzir a palestra.

Para o assistente administrativo da Prefeitura Municipal de Juatuba Fernando Alves da Silva o “tema escolhido para o dia de encerramento das oficinas do eixo não poderia ser melhor”. Segundo ele, “a conferência é uma forma de fortalecer os contabilistas e a iniciativa do Tribunal em falar da nova contabilidade em um congresso. É, também, uma forma de evitar prejuízos ao erário”.

O responsável pela parte orçamentária da Secretaria de Saúde de Betim Yuri Jivago Andrade considerou “a conferência



Os palestrantes Carnot Jacy, Flávia Araújo e Geraldo Paulino

“muito enriquecedora” e ressaltou a importância do evento para “auxiliar os setores de contabilidade das prefeituras a implantarem as novas regras da contabilidade pública”.

Conselheira Adriene Andrade lançou livro sobre mudanças na Contabilidade Pública

A obra *As mudanças na Contabilidade Pública e seus reflexos nos Tribunais de Contas*, escrita pela Conselheira do Tribunal de Contas do Estado Minas Gerais (TCEMG) Adriene Andrade e pela professora Márcia Prímola de Faria, e que também contou com a colaboração da chefe de gabinete da Conselheira, Bernadete Carvalho Soares, foi lançada na *III Conferência de Controle Externo do TCEMG*.

Nos quatro capítulos que compõem o livro as autoras apresentam a evolução histórica da contabilidade pública brasileira e contextualizam os leitores sobre a contabilidade aplicada ao setor público, dando ênfase às principais mudanças decorrentes do processo de convergência às normas internacionais. A obra também aborda os desafios enfrentados pelos Tribunais de Contas, como entidades fiscalizadoras e usuárias da contabilidade pública, além de traçar as perspectivas diante do novo cenário.

A publicação tem o objetivo de contribuir para a divulgação das mudanças ocorridas na contabilidade governamental e divulgar os reflexos sobre os profissionais da área pública que lidam com contabilidade pública.



A chefe de gabinete Bernadete Carvalho, a professora Márcia Prímola e a Conselheira Adriene Andrade durante o lançamento do livro

Editais de concursos, cargos em comissão e terceirização foram temas de oficina

A programação técnica da *III Conferência de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG)*, que ocorreu nos dias 6, 7 e 8 de maio, foi dividida em oito grandes eixos temáticos. Os temas *Controle pela qualidade na educação; Controle pela qualidade na saúde; Controle e a nova contabilidade pública; Gestão de pessoas e Previdência no setor público; Compras públicas: planejamento e eficiência; Infraestrutura e desenvolvimento sustentável; Parcerias público-privadas e Segurança pública* foram abordados durante os três dias de palestras, no Centro de Convenções Expominas.

O coordenador de capacitação e pesquisa da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, Gustavo Terra, e a servidora do TCEMG Ornella Dell Oro foram os responsáveis por conduzir a palestra *Controle de concursos públicos, instituição de cargos comissionados e contratações de terceirizados no setor público*, pertencente ao eixo *Gestão de Pessoas e Previdência no setor público*. Na primeira parte da palestra, o coordenador de capacitação da Escola de Contas discorreu sobre as principais irregularidades encontradas nos editais de concurso público. Para ele, “o concurso é uma oferta pública de vagas e isso deve ser respeitado”.

A segunda parte da palestra foi conduzida pela servidora do TCEMG e especialista do assunto, Ornella Dell Oro. A servidora

explicou sobre como é a atuação do Tribunal de Contas ao analisar os editais de certames além de apresentar o “módulo edital” do Sistema Informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal (FISCAP). O coordenador de pesquisa e capacitação da Escola de Contas encerrou a palestra falando sobre os cargos em comissão e a terceirização do setor público.

Participantes

A servidora da Fundação Ezequiel Dias (Funed) Karine de Melo Mesquita contou que se programou para “assistir a todas as palestras do eixo gestão de pessoas e que o tema escolhido foi muito enriquecedor, pois respondeu a questões comuns no meu dia a dia”.

Para o vereador de Timóteo Douglas Willkys, a “conferência é extremamente importante porque proporciona uma capacitação de nível elevado para os gestores, para os agentes políticos e para todos que participam da administração pública”. Segundo o vereador, “ainda há um grande espaço para se avançar na questão de gestão de pessoas no serviço público e tudo começa pelo concurso. Então a iniciativa do Tribunal de Contas de propor esse debate e promover essas palestras vai fazer com que a execução dos serviços melhore e automaticamente também traga benefícios para a sociedade”.



Ornella Dell Oro falou sobre o Controle de Concursos Públicos



Presidente do TCE defendeu investimento na atenção básica a saúde para evitar judicialização

“Judicializar é um direito do cidadão e o ambiente democrático em que vivemos propicia isso. O que temos que fazer é mitigar os mecanismos dela”, afirmou o Presidente do Tribunal de Contas mineiro, Conselheiro Sebastião Helvecio, em sua palestra proferida no dia 7 de maio, na oficina de Controle pela Qualidade na Saúde, na III Conferência de Controle de Controle Externo do TCEMG, no Expominas. O auditório estava lotado.

“Quando a saúde foge de uma política universal e vai atender uma sentença judicial, ou seja, um caso específico,

isso é judicialização”, explicou o Conselheiro. Em 2013, foram gastos 328 milhões de reais em sentenças judiciais em Minas Gerais. Em 2009, 46 milhões de reais, ou seja, de 2009 a 2014 houve um crescimento nominal de 544% na evolução dos gastos em sentenças judiciais na saúde.

Na visão do Médico, doutor em Saúde Coletiva e Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Sebastião Helvecio, os gastos com saúde vão aumentar até atingir o nível dos recursos disponíveis. “Se não colocarmos uma limitação, todos os recursos serão exauridos. Esta extensão vertical da



O Médico, doutor em Saúde Coletiva e Conselheiro Presidente Sebastião Helvecio fez palestra sobre Judicialização da Saúde



O secretário de Saúde de Manhuaçu, região da Zona da Mata, José Rafael de Oliveira Filho



A secretária de Administração do município de Malacacheta Irlene Lopes Alves



O procurador do Município de São Brás do Suaçuí Sérgio Brás de Souza

cobertura é um fator preocupante”, alertou. Ele informou que a área da Ciência é a única que, quando incorporada tecnologia, os custos aumentam.

Sebastião Helvecio ressaltou que, para controlar os gastos, é preciso medir. Se não medir, não tem como gerenciar. “Nós temos que ter mais criatividade para poder fazer mais com menos”, recomendou.

O secretário de Saúde de Manhuaçu, região da Zona da Mata, José Rafael de Oliveira Filho, pontuou sobre a importância do tema em seu dia a dia no município. “As principais demandas que temos são com os tratamentos de alta complexidade e a compra de medicamentos. O paciente entra com um processo e, na maioria das vezes, temos que atender. Esses gastos acarretam muito”.

Para a secretária de Administração do município de Malacacheta, Irlene Lopes Alves, a palestra deu um parâmetro de quanto eles vão poder gastar com saúde em sua cidade. “Nós temos um custo muito grande em relação às sentenças judiciais. Como foi dito aqui, quanto mais temos recursos, mais gastamos. Vamos ter mais cuidado”, ressaltou.

O procurador do município de São Brás do Suaçuí Sérgio Brás de Souza ressaltou que compareceu à Conferência com o objetivo de entender um pouco mais sobre o tema. “Na Procuradoria temos muito este tipo de problema. Constantemente recebemos pedidos de compras de medicamentos e de tratamento médico. Daí o juiz determina e a gente faz. Não temos argumentos para contrapor. Já tivemos caso de uma compra de um medicamento de R\$ 40 mil. Então fica o impasse. Existe o direito à saúde de qualidade, mas até quando

poderemos arcar com isso? Daqui a pouco a gente não investe em outras áreas, somente em saúde”, desabafou.

Atenção Básica à Saúde

Maior satisfação da população, menores custos, melhores níveis de saúde e menor uso de medicamentos foram características associadas ao sistema de atenção primária à saúde na palestra. O Presidente reforçou que a atenção básica é ferramenta para combater a precarização da saúde e fez um convite. “Vamos todos nos unir para mudar este cenário focado nos atendimentos hospitalares e migrar para as unidades básicas de saúde. O fundamental na gestão da saúde é priorizar a atenção básica”, preconizou.

Quem mais financia os gastos com saúde é o cidadão, apontou o Conselheiro. De acordo com ele, em 2010 o setor público gastou 47% com saúde. O cidadão gastou mais, 53%, sendo 22% com planos e seguros. Já em 2014 o gasto com medicamentos representou 85% das sentenças judiciais em Minas Gerais, ou seja, 222 milhões de reais. Foi apontado também que, no Brasil, os 20% mais pobres gastam 60% da sua despesa com saúde comprando remédios. Os 20% mais ricos, em compensação, gastam 43% com planos de saúde e 35% com medicamentos.

A palestra *Judicialização da saúde: planejamento e controle de preços na compra de medicamentos* atraiu grande público à oficina de Controle pela Qualidade na Saúde. O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais é Médico Pediatra, Bacharel em Direito, Especialista em Controle Externo e Doutor em Saúde Coletiva.



Uma aula sobre compras públicas sustentáveis

Na sua contribuição para a III Conferência de Controle Externo, o Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) Hamilton Coelho explicou que entre os princípios legais para aquisição de bens e serviços para a administração pública, além da isonomia e vantajosidade, deve ser considerada a sustentabilidade. O Conselheiro Substituto e a Diretora-Geral do TCEMG, Raquel de Oliveira Miranda Simões, ministraram palestra sobre Soluções do TCEMG para Compras Sustentáveis e pelo Desenvolvimento Local e Regional, no dia 07 de maio.

De acordo com Hamilton Coelho, a licitação deve dar preferência para produtos locais, que geram mais empregos, e buscar bens e serviços que causam menos impacto ao meio ambiente, ob-



O Conselheiro Substituto Hamilton Coelho explicou a importância da "ecolicitação"

servada a proposta mais proveitosa para a administração. Ele explicou a importância da "ecolicitação", apresentando artigos da Lei 8.666/93 de Licitações e Contratos, entre outras leis, decretos e instruções normativas, que tratam da preservação do meio ambiente nas compras públicas.

O Conselheiro Substituto alertou para a importância da discussão do tema com o público. Ele ressaltou que o Tribunal é um órgão de controle, de fiscalização, mas também tem a missão orientadora e por isso deve buscar a capacitação dos seus jurisdicionados (órgãos e entidades sujeitos ao controle do TCEMG). "É isso que estamos fazendo, já há alguns anos", completou.

O servidor do setor de Compras da Prefeitura de Jaboticatubas, Daniel José Siqueira, acompanhou a palestra e disse que é importante "buscar novas informações do que o mercado está oferecendo de novo e o que o Tribunal de Contas entende que pode ou não ser feito". Para Érica Edna da Silva, servidora da Prefeitura de Vespasiano, "as aulas agregam valor ao serviço, ajuda na clareza na hora de desenvolver um edital e para realizar um pregão".

Em um segundo momento da palestra, a Diretora-Geral do TCEMG, Raquel Simões, falou sobre Compra Pública como Ferramenta para o Desenvolvimento Regional e Local. "A proposta foi sensibilizar os gestores no sentido de que a compra não é um mero procedimento burocrático", explicou a diretora. "As pessoas que trabalham com compras públicas devem estar conscientes de que têm na mão uma grande ferramenta de transformação, de melhoria na qualidade de vida, de aumento da renda, e de geração de empregos", finalizou.

Pregão ao vivo

Em tempo real, o TCEMG realizou um pregão eletrônico, por meio de sistema informatizado, para aquisição e manutenção de divisórias do ambiente de trabalho, que foi conduzido pela Coordenadora de Licitações do Tribunal, Érica Apgaua de Brito.



Iluminação pública

O Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), José Alves Viana, ministrou palestra, no dia 7 de maio, sobre parcerias público-privadas (PPPs). Em parceria com Gustavo Vidigal e Paulo Sérgio Mendes, o Conselheiro falou sobre os cuidados especiais a serem observados nos casos em que esses contratos são assinados para serviços de iluminação pública.



Presidente do TCEMG e Procurador do MPC receberam Medalha do Mérito Municipalista

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), Conselheiro Sebastião Helvecio, e o Procurador do Ministério Público junto ao TCEMG (MPC) Glaydson Massaria foram homenageados, no dia 6 de maio, com a Medalha do Mérito Municipalista Celso Mello de Azevedo. A comenda é dada pela Associação Mineira de Municípios (AMM) para personalidades e entidades que se destacam pela causa dos municípios.

A solenidade de entrega ocorreu durante realização da III Conferência de Controle Externo, realizada pelo TCEMG. A medalha foi entregue também ao Vice-Governador do Estado, Antônio Andrade; ao Presidente da Assembleia, Deputado Adalclever Lopes; ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Pedro Marcondes; ao Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Desembargador Geraldo Almeida; à Defensora Pública Geral, Christiane Malard; ao Secretário de Estado de Governo, Odair Cunha; ao Presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Antônio Pires; ao Presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fiemg), Olavo Machado Júnior; ao Presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado (BDMG), Marco Aurélio Crocco; ao Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado (Codemig), Marco Antônio Castello Branco; ao Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), Mauro Bor-



O então Presidente da AMM, Antonio Carlos Andrada, cumprimenta o Presidente do TCE, Sebastião Helvecio. A comenda é dada pela AMM para personalidades que se destacam pela causa dos municípios

ges Lemos; e ao Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG), Jobson Andrade.

O então Presidente da AMM e Prefeito de Barbacena, Antônio Carlos Andrada, destacou que o objetivo dessas premiações é homenagear aqueles que foram parceiros dos municípios na busca de soluções para atender às demandas da população. "A bandeira municipalista tem muitas frentes e acontece em várias áreas porque o município

concentra tudo aquilo que o ser humano necessita, como saúde, educação e infraestrutura", afirmou.

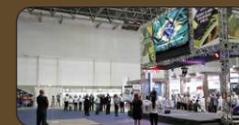
Boas práticas

A cerimônia contou também com a entrega do Prêmio Mineiro de Boas Práticas na Gestão Municipal, contemplando projetos que promovem uma nova cultura voltada para a gestão de resultados. A quinta edição do prêmio agraciou 13 cidades mineiras: Andradás, Centralina, Elói Mendes, Nova Ponte, Ouro Branco, Ouro Fino, Pirajuba, Pompéu, Ponte Nova, Santana da Vargem, Sete Lagoas, Miradouro e Sacramento.

A Prefeitura de Pompéu foi vencedora com o projeto "Gestão de Ganhos para Resultados – Realizando Mais com Menos", por meio de ações de conscientização coletiva e reavaliando os recursos empregados, o que possibilitou uma redução dos gastos e um ganho na receita na área da educação.



Conselheiro Sebastião Helvecio, e o Procurador do Ministério Público junto ao TCEMG (MPC), Glaydson Massaria, foram homenageados



Evento foi encerrado com a presença do Presidente do TCU



O Conselheiro do TCEMG agradeceu aos palestrantes, aos participantes que atuam nos órgãos e entidades fiscalizados pelo Tribunal, e aos servidores envolvidos na organização da Conferência

Os presidentes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Conselheiro Sebastião Helvecio, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Aroldo Cedraz, fizeram a solenidade de encerramento da *III Conferência de Controle Externo*, na manhã do dia 8 de maio. Na oportunidade, o Presidente Sebastião Helvecio anunciou que o evento superou o recorde mundial de participação em reuniões de controle externo. Durante os três dias mais de 7 mil servidores públicos, sem considerar o grande número de autoridades presentes na abertura, se qualificaram nas 40 palestras oferecidas sobre os oito eixos temáticos abordados e 18 miniofinas ofertadas.

O Conselheiro do TCEMG agradeceu aos palestrantes, aos participantes que atuam nos órgãos e entidades fiscalizados pelo Tribunal e aos servidores envolvidos na organização da Conferência.



Os presidentes do TCEMG, Conselheiro Sebastião Helvecio, e do TCU, Ministro Aroldo Cedraz

Homenageando a todos, o Presidente convidou para a mesa de encerramento a diretora de licitação da prefeitura municipal de Itapeverica, Camila Bruna; a servidora do TCEMG Maria Célia Soares; e a Diretora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo Natália Araújo. O Presidente agradeceu especialmente pelo empenho da Diretora da Escola, responsável pela organização da Conferência. Os palestrantes Túlio César Pereira M. Martins, Belarmino José da Silva Neto, Marcelo Kanemaru Tutomu (secretário de controle externo do TCU em Minas); e a Diretora-Geral do TCEMG, Raquel Simões, compuseram também a mesa de honra ao lado dos presidentes do TCE e do TCU.

Sebastião Helvecio festejou a presença do Ministro Cedraz no encerramento. "O TCU é uma referência para todo o Sistema Brasileiro de Controle Externo e o seu presidente tem um papel de liderança. Ele nos tem conduzido internacionalmente de tal forma que podemos dizer que o modelo brasileiro é um uma referência para o mundo", afirmou.

O Presidente do TCU Aroldo Cedraz julgou sua vinda a Belo Horizonte como uma oportunidade de contato mais estreito com a sociedade. "Vim atendendo a um convite honroso ao nosso Tribunal, convocado por um cidadão mineiro que aprendi a admirar pelo desempenho no Legislativo, que hoje demonstra toda a importância do controle externo, à frente do TCEMG", relatou Cedraz, se referindo a Sebastião Helvecio. Para o Ministro, a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo consegue, por meio de eventos como a *III Conferência*, promover o controle social. "Venho a Minas com esse espírito de aprendizado, para que os recursos públicos sejam aplicados com eficiência, eficácia e respeito à vida dos brasileiros", disse.

NOTÍCIAS DO PLENO

Tribunal multa 78 prefeitos que não prestaram contas

O plenário do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) aprovou, na sessão do dia 8 de abril, sanções a 53 municípios que deixaram de entregar a prestação anual de contas (PCA), referente a 2014, até a data limite de 31 de março. Os prefeitos foram multados em R\$ 3 mil cada. E, na sessão plenária do dia 13 de maio o Tribunal multou outros 25 prefeitos que, mesmo tendo cumprido o prazo de entrega da PCA, enviaram dados em branco e foram considerados inadimplentes.

Também ficou decidido, no dia 8 de abril, que, se a documentação não for entregue até 31 de julho, o Tribunal ainda comunicará a situação ao Estado e ao Legislativo para as providências de sua competência e ao Banco do Brasil para o bloqueio do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Este ano, como disciplinou a Instrução Normativa 03/2014, as contas anuais do chefe do poder executivo municipal, referentes ao exercício de 2014, estão sendo analisadas com base nas informações encaminhadas por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom). Os prefeitos que não entregaram as prestações de contas na data limite representaram os municípios de Aimorés, Araçuaí, Araxá, Bom Despacho, Bom Sucesso, Brumadinho, Buritizeiro, Campo Belo, Carangola, Caratinga, Cataguases, Chale, Chapada Gaúcha, Conceição das Alagoas, Contagem, Coromandel, Divinópolis, Dom Bosco, Dolores do Indaiá, Espera Feliz, Extrema, Frei Inocêncio, Guanhães, Guaxupé, Ibiá, Ipiacú, Irajá de Minas, Itapeva, Jenipapo de Minas, Lagoa Formosa, Lajinha, Manhuaçu, Monte Belo, Monte Carmelo, Montes Claros, Mutum, Nanuque, Ninheira, Patos de Minas, Poço Fundo, Pocrane, Rio Paranaíba, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santana de Cataguases, Santana do Manhuaçu, São Brás do Suaçuí, São João do Paraíso, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas, Três Corações, Tupaciguara e Uruçuia.

Em branco

Acolhendo proposta da Superintendência de Controle Externo do TCEMG, os conselheiros reconheceram, no dia 13 de maio, a omissão no dever de prestar contas e aplicaram multas no valor de R\$ 3 mil aos chefes do executivo municipal que enviaram, por meio do Sicom, os arquivos de empenho e receita vazios; e também aos que não informaram, nas remessas do Sicom, a liquidação de gastos de pessoal.

Segundo a análise dos técnicos do Tribunal, essas falhas são consideradas como omissão no dever de prestar contas por inviabilizarem a emissão de parecer prévio. Entre os municípios que entregaram a PCA até 31 de março, prazo legal, 17 enviaram o arquivo de empenho vazio, 15 enviaram o arquivo de receita vazio e 25 não informaram liquidação de gasto com pessoal.

Os prefeitos que entregaram os arquivos em branco na data limite representaram os municípios de Águas Formosas, Alto Rio Doce, Aricanduva, Barra Longa, Brás Pires, Catas Altas da Noruega, Conceição do Rio Verde, Faria Lemos, Ibituruna, Itaverava, José Gonçalves de Minas, Lagoa Grande, Morro do Pilar, Pingo D'água, Pirapora, Recreio, Ressaquinha, Rio Manso, Rodeiro, Santa Bárbara do Tugúrio, São João do Manteninha, Sardoa, Senador Amaral, Sete Lagoas e Setubinha.

Prefeituras e órgãos inadimplentes são sorteados para auditoria

O TCEMG promoveu, no dia 11 de maio, um sorteio público para realização de auditorias em 20% dos órgãos e entidades inadimplentes com o Sicom. Por meio da seleção, comunicada antecipadamente no Diário Oficial de Contas (DOC), foram escolhidas aleatoriamente 11 prefeituras e três órgãos municipais, de um total de 53 prefeituras e 13 órgãos que, na data limite para a prestação de contas anual, 31/03/2015, não haviam encaminhado as remessas referentes ao acompanhamento mensal de 2014 ou os documentos exigidos pela Instrução Normativa 03/2014, editada pelo TCEMG, que estabelece diretrizes para a prestação das contas de 2014 dos prefeitos.

De acordo com a superintendente de Controle Externo, Cláudia Costa, todas as auditorias serão realizadas *in loco*. O objeto da investigação, a ser cumprido pelos analistas, é sigiloso e varia de acordo com a natureza do auditado. "Faremos o controle concomitante (simultâneo), verificando como os recursos são aplicados", disse a gestora.

O sorteio foi efetuado eletronicamente por um sistema desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do Tribunal, especialmente para a ocasião. O Procurador-geral do Ministério Público junto ao TCEMG, Daniel de Carvalho Guimarães, acompanhou o procedimento. Também estavam presentes Cristiana Prates, diretora de Controle Externo dos Municípios; Joana Regadas, da Assessoria da Diretoria-Geral; Alcimar Bonomi, Diogo Mendes e Marcus Saliba, todos da DTI; e o advogado Marcelo Teixeira.

Os órgãos sorteados foram Instituto de Pesquisa e Política Urbana de Betim, Fundação de Ensino de Contagem, Fundo de Previdência de Contagem. As prefeituras sorteadas foram: Chapada Gaúcha, Dolores do Indaiá, Brumadinho, Monte Carmelo, Chale, Caratinga, Conceição das Alagoas, Manhuaçu, Pocrane, Três Corações e Ibiá.

Panorama

DECISÕES DAS CÂMARAS

Ex-prefeito terá que devolver mais de R\$100 mil aos cofres públicos

A Segunda Câmara do TCEMG, em sessão realizada no dia 16 de abril, acompanhou o voto do Conselheiro Relator Wanderley Ávila pela restituição pelo ex-prefeito de R\$ 102,6 mil aos cofres municipais de Turmalina (Vale do Jequitinhonha). O valor é referente ao repasse do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do convênio MMA/PNMA/PED/nº 007/95, com o objetivo de custear a implementação do Programa Nacional do Meio Ambiente. O programa federal seria executado pelo Projeto de Recuperação, Preservação e Desenvolvimento Sócio Econômico do Município, incluindo as atividades de divulgação e mobilização, implantação de culturas de acerola e urucum, contratação de empresa para aluguel de máquinas e aquisição de equipamentos e veículos.

Segunda Câmara suspende processo de aquisição de veículo em Betim

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas referendou, no dia 16 de abril, a decisão monocrática do Conselheiro Substituto Licurgo Mourão que suspendeu o Processo Administrativo de Compras nº 169/2014, promovido pela Prefeitura de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com o objetivo de adquirir veículos de carga, tipo furgão e caminhão médio. A intenção da licitação era usar a frota para atender aos restaurantes populares dos bairros Citrolândia e Imbiruçu. A empresa denunciante, Latina Motors Comércio Exportação e Importação, mostrou insatisfação com a exigência de que os veículos deveriam ser de fabricação nacional, afirmando que a condição não interfere na prestação do serviço. O Tribunal verificou que o requisito denunciado limitou indevidamente a concorrência, desrespeitando o disposto no art. 13, §1º, inciso I, da Lei 8.666/93, a Lei de Licitações.

Primeira Câmara determina que ex-prefeito de Tapiraí devolva R\$ 69 mil ao erário

A Primeira Câmara do TCEMG determinou ao ex-prefeito de Tapiraí (Alto São Francisco) o ressarcimento do valor histórico de R\$ 69.065,35 aos cofres públicos. A decisão, que acompanhou o voto do relator, Conselheiro Mauri Torres, foi proferida na Sessão de 28/04/15. A Tomada de Contas Especial (911592), instaurada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU-MG) apurou a responsabilidade e quantificou o prejuízo causado aos cofres públicos quanto às possíveis irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao município, mediante convênio para execução de projeto de Implantação de Sistema de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos. A Auditoria Setorial da SEDRU concluiu pela irregularidade das contas e pela impropriedade formal do processo de prestação de contas.

ONG deve devolver dinheiro público doado para compra de carro

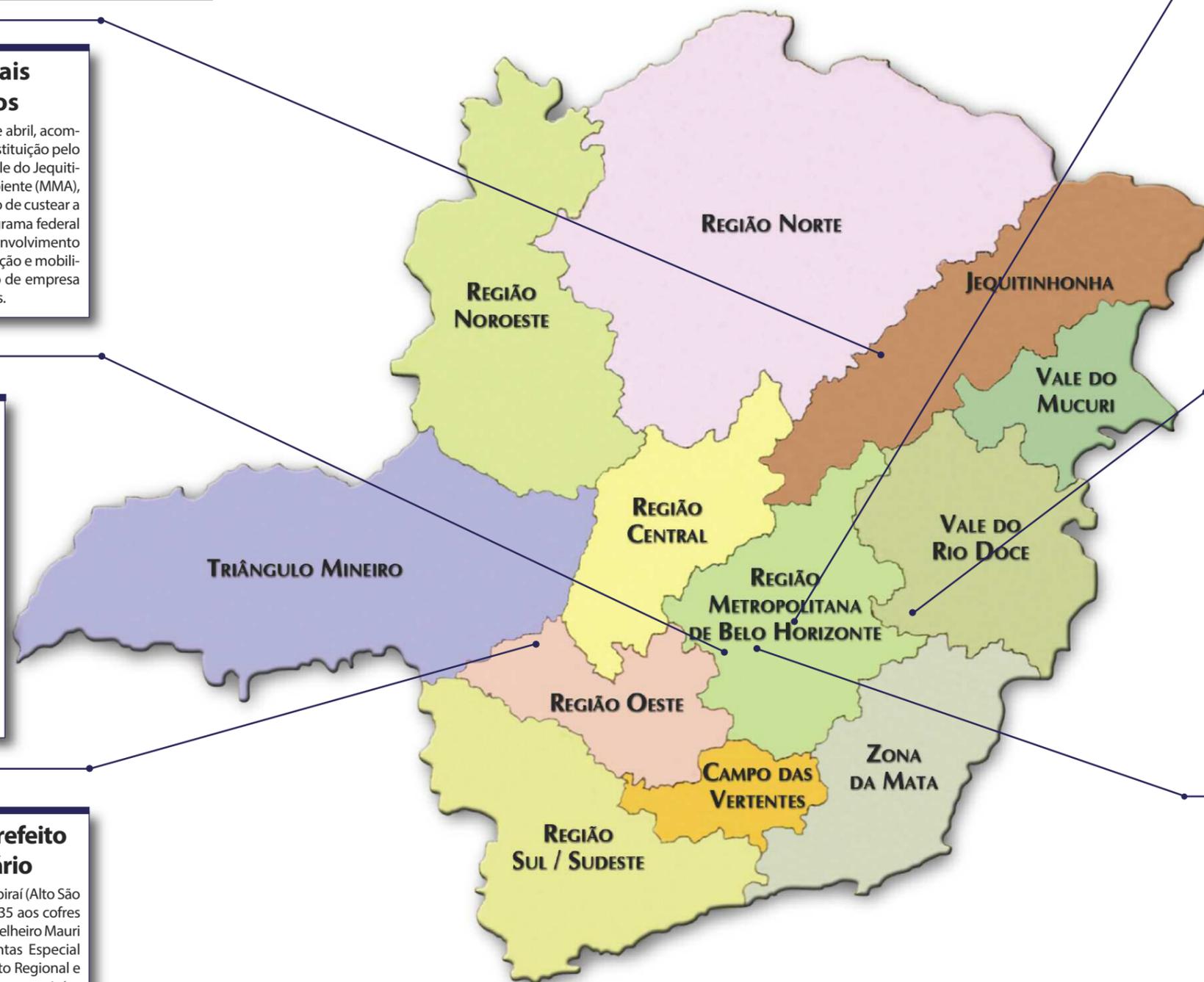
O colegiado da Primeira Câmara do Tribunal de Contas acompanhou o voto do Conselheiro Substituto Licurgo Mourão e determinou ao Instituto Rosimere Machado de Jesus a devolução de R\$ 30.738,53 ao erário estadual, originalmente destinado à compra de veículo com capacidade para nove passageiros. Os prejuízos foram apurados pela Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Governo do Estado de Minas Gerais (Segov/MG). Os recursos repassados pela Segov são do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (Padem) que tem como objetivo, entre outros, apoiar os municípios e entidades do Estado, que atuam com desenvolvimento comunitário, por meio de transferência voluntária de recursos financeiros. A entidade, sediada em Belo Horizonte, também deve pagar multa no valor de R\$ 6,1 mil.

Tribunal de Contas multa ex-prefeito de Timóteo

Em sessão da Segunda Câmara do TCEMG, realizada no dia 23 de abril, o Conselheiro Wanderley Ávila votou pela aplicação de multa ao ex-secretário administrativo e ao ex-prefeito de Timóteo (Vale do Rio Doce). A decisão, acompanhada pelo colegiado, se refere ao julgamento de uma Representação (processo nº 857.780) de Cleydson Domingues Drumond, ex-vereador do município, em relação a um processo licitatório que tinha o objetivo de contratar serviços técnicos especializados de consultoria e auditoria em gestão pública, elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico governamental de qualidade. A licitação trazia uma redação generalizada, buscando a realização de atividades de naturezas diversas por uma única empresa, restringindo a competitividade do certame.

Câmara Municipal é multada por fragilidade no controle interno

A Primeira Câmara do TCEMG aprovou a proposta de voto do Conselheiro Substituto Hamilton Coelho e aplicou uma multa ao presidente da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves à época, Juares Carvalho de Oliveira, devido à "fragilidade do sistema de controle interno". Além da multa, no valor de R\$ 500,00, o Conselheiro Substituto também sugeriu que o "atual Presidente da Câmara Municipal de Ribeirão das Neves observe fielmente a legislação contábil e a indispensável cautela no ordenamento das despesas e sua posterior liquidação, de forma a evitar possíveis prejuízos aos cofres da Administração Pública".



TCE suspende licitação de R\$ 145 milhões para instalação de radares em rodovias estaduais

Por meio da análise de uma Denúncia (processo 942.112), a Segunda Câmara do Tribunal de Contas (TCEMG), na sessão do dia 9 de abril, referendou a decisão monocrática do Conselheiro Relator Wanderley Ávila pela suspensão liminar da Concorrência Pública nº 030/2014, no valor de quase R\$ 145 milhões, promovida pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), para contratação de empresa para a prestação de serviços de engenharia de trânsito com a detecção, medição, registro e o processamento de imagens de infrações de trânsito nas rodovias sob a circunscrição do DER/MG por meio de radares.

A escolha do tipo de licitação “técnica e preço” e não do tipo “menor preço”, considerada apropriada para casos como este, de serviços que não são de natureza intelectual, e o percentual da taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), que se mostrou acima dos

limites da razoabilidade (45,75%), foram as principais irregularidades apuradas pela área técnica do TCEMG. A contratação do serviço foi dividida em dois lotes que somam quase R\$ 145 milhões.

Ficou determinado que, com base no poder geral de cautela, nos termos do artigo 60 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, e no artigo 197, combinado com o artigo 264 do Regimento Interno, o edital seja suspenso na fase em que se encontra e os responsáveis, sob pena de multa de R\$ 10 mil, não efetuem a contratação.

Anulação

O processo licitatório foi cancelado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) depois da decisão do Tribunal, de acordo com publicação no Diário Oficial do Estado “Minas Gerais”, do dia 23 de abril.

TCEMG participa de Curso de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

O Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Licurgo Joseph Mourão de Oliveira e a Diretora-geral do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Raquel de Oliveira Miranda Simões, participaram do *Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro* (PNLD). O evento foi promovido pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, em parceria com o Ministério da Justiça, entre os dias 12 e 15 de maio, no auditório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG.

Raquel Simões fez palestra sobre a Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo – Infocontas que agrega a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon, o Instituto Rui Barbosa – IRB e 29 dos 34 tribunais de contas, incluindo o Tribunal de Contas da União (TCU). A recomendação da rede é de que cada Tribunal de Contas tenha sua unidade de inteligência.

No TCEMG, o Centro de Integração da Fiscalização e de Gestão de Informações Estratégicas – Suricato é responsável pelo armazenamento das informações estratégicas e, por isso, é a unidade de inteligência da Corte mineira.

O Suricato produz conhecimento para atividade fiscalizató-

ria, acompanhamento de política pública e ações de transparência. Além disso, identifica os jurisdicionados, padroniza e executa limpeza das bases de dados, identifica fontes de dados e de informações complementares, faz estudos preliminares para elaboração de malha eletrônica e prepara malhas temáticas de fiscalização.

Muitos resultados já foram alcançados pelo Suricato. O mapeamento das 3.332 unidades jurisdicionadas, sendo 3.170 municipais e 162 estaduais, considerados CNPJs próprios e distintos; o estudo da legislação e regulamentos do comércio de produtos alvo de fiscalização; o mapeamento do fluxo da compra pública através do estudo da nota fiscal eletrônica e outras bases; a especificação dos critérios para a construção de malha eletrônica na ferramenta Oracle *Business Intelligence Enterprise Edition* (OBIEE) e a elaboração de relatórios de inteligência decorrentes da malha de compra pública foram os principais resultados atingidos.

Um exemplo de um alvo de fiscalização do centro de inteligência é em relação à compra de medicamentos. Os jurisdicionados que realizaram compras de medicamentos acima do preço máximo da tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) são identificados pela malha de compras públicas do centro de inteligência. Com isso, são enquadrados em três posicionamentos das evidências nos focos vermelho, amarelo e verde. O foco verde caracteriza uma situação que não justifica a atuação do Tribunal. O foco amarelo é uma situação de alerta que deve ser registrada na matriz de risco para fins de planejamento das ações de fiscalização e envio para a Escola de Contas para definição de programas de capacitação. Já o alerta vermelho aponta atuação de processo de Representação / Tomada de Contas Especial contra o agente contendo relatório técnico, cópia da nota fiscal eletrônica, valor de mercado do produto e sugestão de citação do agente com prazo para apresentação de defesa quanto ao valor pago acima do preço praticado no mercado e/ ou outra irregularidade apontada.



A Diretora-geral do TCEMG, Raquel Simões, fez palestra sobre a Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo – Infocontas

Organizações da Sociedade Civil (OSC) são tema das Jornadas Científicas em BH

Servidores dos tribunais de contas brasileiros e representantes de organizações da sociedade civil participaram do evento Jornadas Científicas do Instituto Rui Barbosa (IRB), sobre o tema “Organizações da Sociedade Civil (OSC)”, no dia 10 de abril, na sede do Tribunal de Contas mineiro. As atividades são destinadas à capacitação de membros e servidores dos órgãos de controle e estão acontecendo nas sedes dos Tribunais de Contas. Minas Gerais é o segundo estado a receber o evento, o primeiro foi o TCE-RS. O programa de capacitação aborda temas de interesse do controle externo.

O Presidente do IRB e também do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Conselheiro Sebastião Helvecio, participou da abertura do evento falando sobre o tema “Autoridades do Estado refletem sobre a regulamentação, aplicação e controle da Lei n. 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil”. A lei estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

No painel técnico, o tema “Terceiro setor e o novo regime jurídico das parcerias voluntárias – compreensão das organizações da sociedade civil e dos instrumentos de parcerias” foi abordado pela servidora do TCEMG Daniela Mello Coelho. Henrique Quittes, também servidor do TCEMG, falou sobre o assunto “Burocracia e eficiência na Lei n.13.019/14”. O Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, en-



O Conselheiro Presidente Sebastião Helvecio fez uma palestra a abertura do evento

cerrou a série de palestras técnicas falando sobre “Lei das organizações da sociedade civil – uma perspectiva do controle externo”. O assessor jurídico do TCEMG e do IRB, Evandro Martins Guerra, coordenou os trabalhos da mesa.

Participaram, também, o Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, André Quintão; a diretora, no Estado do Rio de Janeiro, da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Eleuteria Amora, e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Adalclever Lopes.

O programa é realizado pelo Instituto Rui Barbosa em parceria com os tribunais de contas brasileiros e também tem como objetivo a difusão do conteúdo das aulas – com duração de quatro horas – para o público externo. Para isso, as capacitações são gravadas e disponibilizadas na sessão Videoteca do Portal do IRB na internet.

TCEMG implanta processo de consulta totalmente eletrônico

A partir do dia 27 de abril o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) começou a receber as consultas de forma eletrônica, por meio de um formulário presente no Portal na internet. Esse tipo de processo foi escolhido pelo Tribunal para ser o primeiro a tramitar totalmente em meio digital. Na sessão do Tribunal Pleno do dia 29 de abril, o Presidente Sebastião Helvecio informou ao colegiado do recebimento da primeira consulta eletrônica, pelo Tribunal, encaminhada pelo município de Lagoa da Prata, por meio do novo sistema e-Consulta, no dia anterior, sob o número 951.660. “Trata-se do primeiro produto do projeto Quali, remodelado através da disciplina de gerenciamento por processos - BPM, que possibilitará maior agilidade e qualidade na resposta aos nossos consulentes”, registrou o Presidente.

A simplicidade de tramitação, quando comparado a outros processos, motivou a escolha da consulta como projeto piloto para a digitalização de processos na Casa. Mesmo assim foi preciso fazer um mapeamento e um redesenho do fluxo da consulta, antes de implementar sua versão eletrônica. Para fazer a consulta, o interessado precisa possuir certificação digital. Antes de preencher o formulário, terá a oportunidade de fazer uma pesquisa para saber

se as perguntas já foram respondidas anteriormente pela Corte de Contas. O formulário auxilia o usuário a formular suas dúvidas de forma precisa, além de incentivar o envio de temas diferentes em consultas diferentes, com ganhos de agilidade na resposta. Além do envio eletrônico, todo o trâmite interno acontece também de forma digital e é controlado por uma tela chamada Mesa de Trabalho do Servidor, uma nova funcionalidade do SGAP – Sistema de Gestão e Administração de Processos.

Nas consultas, o Tribunal Pleno responde questionamentos de algumas autoridades específicas sobre assuntos financeiros, contábeis, orçamentários, operacionais ou patrimoniais. O parecer emitido tem caráter normativo. As autoridades que podem formular a consulta são os chefes de Poder do Estado de Minas Gerais ou de um dos seus municípios, o Presidente do Tribunal de Justiça Militar, o Procurador Geral de Justiça, o Advogado Geral do Estado, senadores de Minas Gerais, deputados federais mineiros, deputados estaduais, secretários do Estado ou municipais, pelo menos um terço dos vereadores de uma Câmara Municipal, dirigente de órgão autônomo, dirigente de entidade pública, dirigente de empresa pública ou de economia mista e representante de entidade associativa de municípios.

Extrapauta

Presidente recebe Medalha da Inconfidência

O Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, presidiu, dia 21 de abril, em Ouro Preto, a 64ª solenidade de entrega da Medalha da Inconfidência. A comenda, maior honraria concedida pelo Estado de Minas Gerais, foi entregue a 141 personalidades que contribuíram para o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil. Entre elas, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Conselheiro Sebastião Helvecio.

Criada em 1952 pelo Governador Juscelino Kubitschek, a Medalha da Inconfidência possui quatro designações: Grande Colar, Grande Medalha, Medalha de Honra e Medalha da Inconfidência. Entre os homenageados estão médicos, professores, advogados, atletas, professores, empresários, artesãos, ministros e secretários de Estado, parlamentares, integrantes do Judiciário e do Ministério Público. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, foi agraciado com o Grande Colar da Inconfidência.

Cerca de cinco mil pessoas participaram a cerimônia. Mantendo a tradição do dia 21 de abril, a capital do Estado foi transferida para Ouro Preto após decreto do Governador Fernando Pimentel, publicado no dia 17. A cidade foi a capital



mineira entre 1823, quando o Estado ainda era uma província, até 1897. Recebido com honras militares na Praça Tiradentes, o governador passou em revista a tropa formada após a execução do Toque de Presença. O Hino Nacional Brasileiro foi executado pelo músico mineiro Pereira da Viola. Como uma forma de homenagem a Tiradentes, foi colocada uma coroa de flores junto ao monumento do mártir da Inconfidência, seguido por um toque de silêncio. Cadetes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros chegaram à praça com o Fogo Simbólico para acendimento da Pira da Liberdade. A Guarda de Honra da Polícia Militar realizou salva de 21 tiros. As apresentações musicais ficaram por conta da Banda do Rosário e da banda da Polícia Militar.

Tribunal de Contas participa do IX Congresso Mineiro de Direito Administrativo

O Conselheiro Substituto Licurgo Mourão participou de debate no IX Congresso Mineiro de Direito Administrativo em que discutiu o poder cautelar dos Tribunais de Contas e *periculum in mora* inverso, rejeição de contas e inelegibilidade por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa. Os outros debatedores foram Rúsvel Beltrame Rocha, Daniela Coelho, Eurico Bitencourt e Sergio Pessoa de Castro. A Diretora-geral do TCEMG, Raquel Simões, representou o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Sebastião Helvecio, no evento.

Ocorrida no Hotel Ouro Minas, em Belo Horizonte, a cerimônia de abertura do IX Congresso Mineiro de Direito Administrativo contou com a presença do Governador Fernando Pimentel, do Senador Antonio Anastasia e do Prefeito Márcio Lacerda.

A servidora Luciana Raso Sardinha participou do painel

“Atualidades do Direito Administrativo Brasileiro”, com os professores Maria Sylvia Zanella di Pietro e Onofre Alves Batista Júnior, ministrando a palestra “Possibilidades e limites da regulação dos meios de comunicação social”.

O coordenador de capacitação e pesquisa da Escola de Contas, Gustavo Terra Elias, foi agraciado com o Prêmio Deselegador José Fernandes Filho por ter se classificado em terceiro lugar em concurso de artigos científicos realizado no congresso. O tema do artigo apresentado foi “Controle preventivo: proposta para a interpretação harmonizadora entre eficiência e legalidade”.

Promovido pelo Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA) de dois em dois anos, o congresso reuniu cerca de 600 congressistas, entre eles advogados, magistrados, procuradores, assistentes jurídicos e juristas de todo o país.



CRTCE 
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O TCE

Você informado com qualidade e agilidade.

 **Canais de Atendimento**

Portal CRTCE: www.tce.mg.gov.br/falecomotce

Telefone: (31) 3348-2111

Av. Raja Gabaglia 1.315 – Luxemburgo – Belo Horizonte

Minas Gerais/CEP: 30380-435

 **TCEMG**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Órgão de Controle, Transparência e Cidadania

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - MG

CEP: 30380-435 - TEL.: (31) 3348-2111



www.tce.mg.gov.br